Miguel se ha convertido en Michael y la salvación ahora radica en una máquina de escribir que se va oxidando. Las imágenes visuales de la primera sección del poemario —las gaviotas de Antonioni, la trizadura de la habitación, «Hiroshima, mon amour» y el mapa de Amsterdam en el muro— son reemplazadas por imágenes de bibliotecas y de libros. La ciudad se ha transformado en un «infierno simétrico» y los recuerdos de música y maestros en cables de alta tensión, rieles que no van a lado alguno, jeringuillas con placer de doscientos dólares y cuerpos que se estrellan contra el pavimento. El objeto punzante que provocará la aniquilación del amante ya no es el lápiz de hacer cuentas, sino la aguja sucia de una hipodérmica:

Desnuda
bajo un cuadro de Modigliani
tu madre limpia la jeringa con lentitud
y me sonrío como un horno crematorio (p. 47).

En *El mapa de Amsterdam* Enrique Giordano explora todas las variaciones del tema del amor y la destrucción. Canto de nostalgia y elegía a los sueños devastados, presenta el amor y la creación como únicas posibilidades de salvación. A través del viaje del personaje central, el Alejandro-poeta-amante, Giordano recrea los sueños y fracasos de una generación en dos extremos del continente. Consciente de su escritura, el texto alude constantemente a su procedimiento discursivo. Frecuentemente menciona el término «variación», *leit-motiv* del libro en sus múltiples niveles. Se habla de «una gaviota (que) vuela perdida / sobre todas las variaciones del gris» (p. 41), se conocen «Todas las variaciones del silencio / todas las contradicciones del dolor» (p. 45). Como en un poema sinfónico, el autor juega con motivos que se repiten, con frases que se reiteran, en una combinación de espejos que se multiplica al infinito y confiere gran cohesión a todo el texto.

Con una carta que nos devuelve a la caja china exterior, *El mapa de Amsterdam* se cierra como se había abierto. Enrique, ahora con un apellido, Giordano, envía los poemas de Alejandro a una editorial chilena para su publicación. Felizmente, Libros del Maitén lo publicaron de inmediato.

MARITHELMA COSTA

Lehman College.

RUI BARBOSA: *Cartas à Noiva*, prefácio de Maria José de Queiroz. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa/Civilização Brasileira, 1982.

A epistolografia amorosa de figuras ilustres, nunca um dos gêneros literários mais prediletos do público leitor, é, na época atual, coisa que se restringe, quase exclusivamente, a edições destinadas a bibliotecas de pesquisas e aos acervos de biógrafos e demais estudiosos. Máxime quando se trata da correspondência sentimental de um estadista, advogado ou orador oitocentista tido por modelo da retidão cívica e religiosa e pouco propenso, ao que parece, às efusões do coração.

As *Cartas à Noiva* de Rui Barbosa não constituem nenhuma exceção à regra. Não foram, nem serão em edições futuras, um *best-seller* popular dos que abalam, vez por outra, o mundo literário brasileiro. Para um público contemporâneo, pouco afeito à formalidade dos costumes românticos e ao estilo florido dos bilhetes amorosos dos antepassados, tais epístolas, a maioria delas redigidas há quase um século

numa linguagem pouco condizente com os gostos atuais, hão de possuir escassos atractivos. O crítico literário e o historiador, porém, sentirão, a meu ver, um grande deleite ao folhearem e digerirem o presente volume, pelo que revela não só dos valores e do código epistolográfico da época mas também da vida íntima e da fala amorosa do célebre homem público.

A carta —pelo menos a carta confidencial— desempenha, em certa medida, o papel de confissão, de memória, porquanto despe e retrata sem adornos a alma, o âmago do missivista. É um desabafo livre de inibições e artificialidades feito a outro ser humano, desabafo esse que, via de regra, não se destina à divulgação pública. Assim, o bilhete amoroso, sobretudo quando existe uma separação física, vem a ser um diálogo do Eu com um Tu amado, um diálogo secreto, particular, com o Outro ausente, um encontro sucedâneo realizado na esperança de aplacar as saudades sentidas pelo apaixonado correspondente. «A ilusão da presença, sugerida pelo diálogo, alivia-o das angústias da solidão», escreve Maria José de Queiroz, num estudo crítico que prefacia o volume. «Trata de povoar, com o solilóquio, o vazio a que se sente condenado» (p. 35).

A maior parte de correspondência amorosa aqui publicada data do ano 1876, época em que a futura «Águia de Haia» deixa a cidade natal de Salvador, Bahia, para tentar a sorte no Rio de Janeiro. Celebrara-se o noivado de Rui (tinha apenas 27 anos) com Maria Augusta pouco antes da sua partida para a Corte. A morte prematura da mãe, bem como a coincidência de a noiva possuir o mesmo nome de batismo desta, levam o jovem advogado a ver na bondade, beleza, candura e pureza da prometida uma continuação de tais qualidades maternas. Opera-se nele, segundo Queiroz, uma «transferência de afeto» da figura idealizada da finada genitora para a da jovem noiva. Tal fenómeno pervaga a sua correspondência com a Maria Augusta e há de durar a vida inteira. Destarte, a vida no Rio, que chega a representar-lhe uma espécie de desterro da bem-amada, é apenas um reflexo, uma duplicação perversa da separação do colo materno, de uma Idade Dourada para a qual há de tornar. Ainda a bordo do navio «Habsburg» a caminho do Rio, ele escreve: «Teu nome, noiva formosa e pura, é o nome de minha mãe. Como ela iluminou os primeiros anos de minha vida, tu serás a estrela da que me resta! Como ela foi o anjo da guarda do meu passado, tu serás o do meu futuro, e já és o do meu presente! Os sentimentos que ela semeou em mim tu os colherás! Querida noiva, o nome de minha mãe foi Deus quem to escolheu, como foi decerto Ele também que te quis minha esposa! Noiva de minha alma, o nome de minha Mãe, que tu tens, é a bênção dela ao nosso amor, a proteção do céu à nossa aliança, a garantia das esperanças de nós dois» (p. 68). Diga-se de passagem que é bem conhecida a ligação do marianismo no Brasil com o Parnasianismo e o Positivismo então reinantes.

A prosa ruiana que aparece nessa sua correspondência íntima com a noiva de fato não difere substancialmente da empregada pelos seus coetâneos, quer no classicismo da linguagem, quer no código simbólico ou metafórico do falar amoroso. O noivo dirige-se à bem-amada tratando-a de *tu* e valendo-se amiúde de hipocorísticos e de outros vocativos carinhosos: «Cota», «minha Cota», «minha muito querida noiva», «casta noiva», «formosa flor de minha vida», «a minha estrela, o meu norte, o meu anjo-da-guarda». Serve-se de uma sintaxe correta, formal, florida e, nos tempos atuais, um tanto bombástica, na qual prevalecem os períodos longos; as exclamações e interrogações retóricas; as apóstrofes; a colocação enclítica dos pronomes oblíquos (confesso-te, dou-te, sou-lhe agradecido, etc.); a mesóclise, lembrar-se-ia, dar-te-á, fá-lo-ei, etc.); a combinação dos pronomes oblíquos (no-lo, mo, mas, to, lhas, etc.); e a anteposição do pronome oblíquo ao advérbio de negação (que me

não agrada). Estilo clássico, escoreito, apurado, sim. No entanto, não admira que haja nele um certo elemento grandiloquente. É de notar, a esse respeito, que Rui Barbosa, apesar das diferenças estéticas e de escola, nasceu só dois anos depois de Castro Alves, tendo-se criado em plena época romântica e condoreira e aderindo mais tarde, a exemplo do ilustre conterrâneo, à campanha abolicionista.

De fato, revela-se, no transcurso desse seu primeiro «exílio», através da correspondência amorosa aqui publicada, um Rui Barbosa desconhecido, bem diferente da estátua «calcificada» dos foros brasileiros e internacionais a qual se encontra nos livros de história. Vislumbra-se, pois, um Rui muito mais humano, um ser de carne e osso que respira e chora, que sente anelos, ansiedades, insegurança, decepções e nostalgia. Presenciamos, pela primeira vez, não só os eventos históricos brasileiros da época, dos quais participou o jovem baiano, mas também os pequenos dramas de bastidores tantas vezes ignorados mas que freqüentemente os influenciam. Assistimos ao idílio à distância dos noivos, à angústia ocasionada pela sua separação, às vitórias e derrotas de um Rui moço e aos resultantes momentos de regozijo e de pessimismo que ele compartilha com a futura esposa. E percebe-se, por toda essa leitura, que, ao contrário dos correspondentes medíocres, que costumam se refugiar nos lugares-comuns do estilo epistolar da sua época, o político, tribuno e jornalista novato, se bem que não se afaste muitos passos dos cânones estilísticos imperantes, chega, nos melhores momentos, a transcender a maquinabilidade, a impessoalidade impostas pela obediência cega a tais convenções. Assim cria uma fala epistolográfica amorosa própria, mas somente em parte, uma *parole* que se distingue, em alguns aspectos —mas não totalmente— da *langue*, ou falar, vigente.

Também figuram no presente volume algumas cartas escritas anos depois à esposa por um Rui Barbosa já maduro, na ocasião do seu exílio político na Argentina (1893) e na da sua participação da II Conferência da Paz, celebrada em Haia (1907), bem como a correspondência epistolar e telegráfica trocada dentro do Brasil pelos dois cônjuges durante o período 1911-19. Apesar de um certo valor documental, tais comunicações, no entanto, acrescentam pouco à fala amorosa do pró-homem, já fixada nas epístolas da época anterior. O livro conclui com um índice onomástico de todas as pessoas mencionadas nas cartas e no ensaio crítico.

Ao terminarmos a leitura das *Cartas à Noiva* de Rui Barbosa, sentimo-nos mais cômicos do lado íntimo, oculto de um homem público, há muito despojado pelos livros de história de sua humanidade, de seus desejos e motivações, à maneira de um herói épico, ser feito de puras ações mas essencialmente opaco. Se bem que tenhamos, no caso de Rui, não só a história das façanhas mas também a palavra escrita do jurista, do orador e do jornalista, mesmo assim tem predominado a imagem de uma figura dinâmica, apaixonada pelas causas, sim, mas altamente racionalista, de um homem de ação isento das paixões e fraquezas próprias do *homo sapiens*. Com a publicação de sua correspondência amorosa, vemo-nos obrigados, portanto, a reconhecer-lhe a condição de homem imperfeito passível de emoções e falhas e a restituir-lhe, de uma vez por todas, a inteireza da alma.

BOBBY J. CHAMBERLAIN

University of Pittsburgh.